

Bresser estuda piso salarial que sobe 5% a cada trimestre

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, afirmou que o Governo está estudando, para ser aprovada através de uma Emenda Constitucional no Congresso, ainda este semestre, a criação de um piso salarial nacional, paralelo ao salário mínimo, capaz de permitir reajustes trimestrais de salário real da ordem de 5 por cento.

O Governo pretende dobrar, em quatro anos, o salário mínimo, mas não pode usar o atual para isso, porque dezenas de categorias profissionais o têm como indexador de seus vencimentos, o que inviabilizaria folhas de pagamento até de governos. Daí a decisão de criação de uma piso salarial, real

para os trabalhadores sem quaisquer vínculos com outras áreas, e que corresponderia no fim de quatro anos ao dobro do valor real contido no salário mínimo praticado hoje.

Durante entrevista no programa Bom Dia Brasil, da TV Globo, ele disse que foi aos Estados Unidos com uma série de objetivos, entre os quais estabelecer uma data para iniciar as negociações e apresentar o Plano Macroeconômico e os resultados que já foram alcançados. E nesse sentido «tive a melhor receptividade possível; realmente, todos fizeram elogios ao que está acontecendo na economia brasileira».

Comentou que «essa notícia de

que é inevitável o Brasil ir ao FMI, ou o título de um dos jornais de hoje (ontem) de que o FMI é um abismo entre Bresser e o PMDB, é uma grande bobagem; nós vamos primeiro negociar com os bancos sem a menor intervenção do FMI».

Ele afirmou que «o Brasil vai precisar dos bancos de 7,2 bilhões de dólares, em dois anos, que são desembolsados a cada três meses em várias parcelas; isso sem que o FMI interfira no processo; antes, o Brasil, fazia primeiro acordo com o FMI; e, nós fizemos agora o contrário: acordo direto com os bancos». Indagado se os bancos particulares estão aceitando nova forma de negociação ele disse que «isto é uma coisa complicada».

Constituintes repudiam o retorno

A posição do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que já admite a volta do Brasil ao FMI, mereceu vários pronunciamentos de parlamentares na sessão de ontem da Constituinte. A deputada Abigail Feitosa, do partido do ministro, o PMDB, chegou a dizer em tom enfático: "Em nome da soberania desse País, que o seu Bresser não fale mais em FMI".

Abigail Feitosa, do PMDB da Bahia, gastou quase todo o seu tempo destinado a temas constitucionais para criticar o ministro da Fazenda. Ela disse que o FMI "só traz a fome para o País que aceita suas exigências. Nós temos condições de arrumar a casa. É inadmissível que a 8ª potência econômica mundial e o terceiro

exportador de alimentos do mundo continue dependente do capital estrangeiro".

Olívio Dutra (PT-RS) chegou a citar o governo do Peru, "que deu um tratamento altivo à questão da dívida externa. Esse comportamento pode servir de exemplo para outros países, inclusive para o nosso". Ele exortou o país a se juntar a outros devedores. José Genóino, também do PT, afirmou que a volta do Brasil ao FMI "nada mais é do que consequência do Plano Bresser".

Moratória

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) pediu a manutenção da moratória até que se reduza a taxa de juros. Para o deputado comunista, dinheiro novo com a

atual taxa de juros não interessa ao País, pois vai aumentar o seu endividamento. Ao final do seu pronunciamento, Fernando Santana convocou todos os partidos a sustentarem a moratória.

Apenas o deputado José Lourenço, líder do PFL, admitiu a negociação com o FMI, "desde que não comprometa nossos investimentos, pois não podemos continuar pagando os juros com 4% de nosso PIB". Disse que seu partido está muito preocupado com o estágio das negociações e considerou fundamental para a consolidação democrática no País, que os credores internacionais compreendam que não se pode pagar a dívida em troca do desenvolvimento.